



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2014

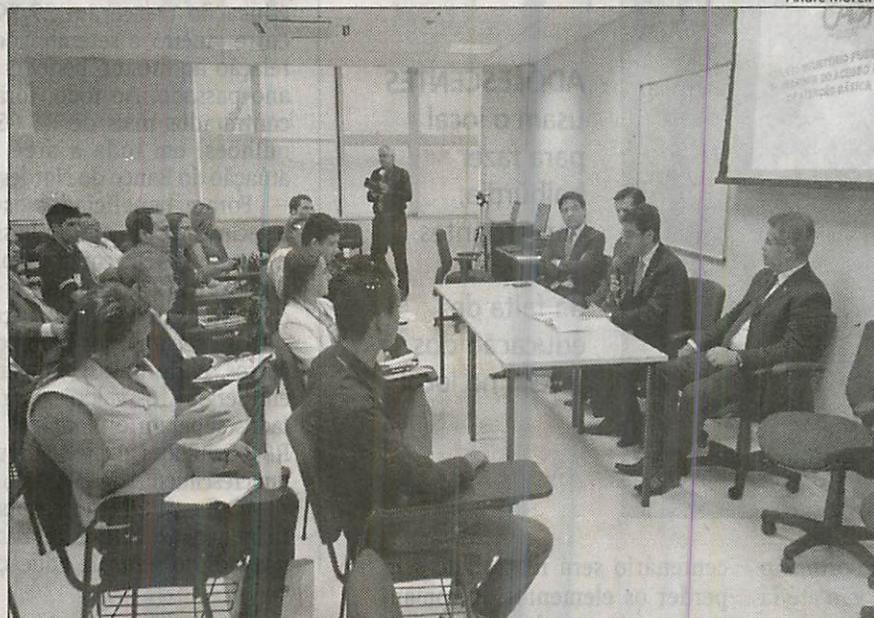
ATENÇÃO BÁSICA

# MP cobra saúde pública de qualidade

O Ministério Público Estadual (MPE), através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Saúde, promoveu uma audiência pública que faz parte das ações do Projeto Nacional do Ministério Público na Defesa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde. “Este é um projeto do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que foi elaborado pelos colegas que compõem o grupo de trabalho vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, e que tem por objetivo estimular a ação do MP voltada a atenção básica”, explicou o promotor de Justiça Nilzir Vieira Júnior.

O promotor pontuou ainda que o problema da saúde básica é a porta preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem um papel fundamental não somente para a resolução da maioria dos agravos e dos problemas de saúde da população, mas também exerce uma função importante na regulação do sistema.

“E o MP, ciente de que todos os municípios brasileiros hoje prestam serviços e executam ações na área de atenção básica, levando em consideração a sua capilaridade, presente em todos os municípios brasileiros, elege-mos como prioridade a atenção básica, e pela vastidão e



André Moreira

**REUNIÃO**  
faz parte das ações do Projeto Nacional do MP na Defesa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde

complexidade do tema, nós também escolhemos como ponto de partida o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ), que é um programa do Ministério da Saúde que incentiva o acesso atenção básica e que tem importantes ações na avaliação das unidades básicas de saúde. A partir destes dados é possível traçar um diagnóstico da unidade, compará-la com os níveis de desempenho de outros estados e municípios e a partir desses dados atuar de forma mais eficiente”, explicou.

O diretor do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), José Carlos Spina, re-

velou que até todo momento, o Sindimed vem solicitando que o Ministério Público e as entidades do Estado e dos municípios façam a melhor saúde possível, apontando as coisas que não estão sendo feitas em função da lei, como regras, normas, decretos que não estão sendo cumpridos nem pelo estado e nem pelos municípios.

“A gente tem denunciado isso, temos diversas ações civis públicas que a Justiça manda fazer e simplesmente o estado e os municípios não cumprem. Nós, em 2009, mandamos para todos os municípios, através do MP, cobrar os médicos concursados, ou seja, equipes completas de es-

tratégias de saúde da família. Com isso, o MP tem provocado as prefeituras e a gente quer sim concurso público, e que as prefeituras tenham médicos concursados, que eles cumpram o seu horário e que ganhe adequadamente. Outra coisa é em relação às condições de trabalho, pois o médico apesar de fazer o atendimento, não tem os itens necessários para ele fazer exames, medicamentos para fazer um tratamento adequado, e também ao modo de fazer os exames mais complexos. Lamentavelmente, o sindicato tem provocado, mas temos sentido poucos resultados”, lamentou Spina.